



O Movimento Espírita brasileiro, representado pelo Conselho Federativo Nacional, da Federação Espírita Brasileira, que congrega 27 Federativas e Uniões espíritas estaduais e 3 Entidades Especializadas de Âmbito Nacional, vem, por meio desse Manifesto, declarar a posição da Doutrina Espírita diante da problemática do aborto.

QUANDO COMEÇAM OS DIREITOS DAS PESSOAS?

Para o Espiritismo, a existência de um princípio espiritual ligado ao corpo desde o momento da concepção não é mero artigo de fé. Trata-se de evidência comprovada pela observação - embora a chamada Ciência oficial ainda não tenha reconhecido tal evidência. Relatos de pessoas, em estado de hipnose ou em lembranças espontâneas, mesmo de crianças, que retratam passagens de outras vidas e da época em que o ser ainda se encontrava no ventre materno, revelam uma consciência preexistente ao corpo. Essas evidências, que vêm sendo estudadas nos últimos anos por pesquisadores de diversos países, confirmam a posição da Doutrina Espírita, em "O Livro dos Espíritos", de Allan Kardec (Questão 344):

"Em que momento a alma se une ao corpo?

- A união começa na concepção, mas só é completa por ocasião do nascimento. Desde o instante da concepção, o Espírito designado para habitar certo corpo a este se liga por um laço fluídico, que cada vez mais se vai apertando até ao instante em que a criança vem à luz (...)."

Desse modo, o ser que se desenvolve no ventre materno a partir da fecundação do óvulo já é uma pessoa - sujeito de direitos - constituída de corpo e alma. Felizmente, a Constituição Brasileira e o Código Civil são, neste ponto, coerentes com a formação espiritualista do povo brasileiro (incluindo católicos, protestantes, espíritas e outras denominações, que constituem, no seu conjunto, a maioria da nossa população).

O artigo 5º da Constituição assegura "a inviolabilidade do direito à vida", elegendo assim tal direito como princípio absoluto, não passível de relativização. E o artigo 4º do Código Civil afirma que "a personalidade civil do homem começa pelo nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Reconhece-se, desse modo, que o nascituro já é uma pessoa, sujeito de direitos, o que está de acordo com todas as concepções espiritualistas acima citadas. A LEI E O ABORTO

O Código Penal de 1940, em seu artigo 128, diz o seguinte: "não se pune o aborto se não há outro meio de salvar a vida da gestante e ou se a gravidez resulta de estupro". Em vista disto, os parlamentares elaboraram o projeto de lei 20/91, que regulamenta o seu atendimento na rede pública de saúde. Esse projeto, aprovado recentemente pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na prática, é uma reafirmação do artigo 128 do Código Penal, garantindo às mulheres o efetivo exercício de um direito. E há outros projetos que propõem a completa discriminação do aborto.

Mas, diante do princípio absoluto do direito à vida, garantido pela Constituição e partilhado pelo Espiritismo, não se pode admitir qualquer relativização ou condicionamento desse direito. Segundo "O Livro dos Espíritos":

"Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período da gestação?

- Há crime sempre que transgredis a lei de Deus. Uma mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que servirá de instrumento o corpo que se estava formando." (Questão 358)

A VIDA DA MÃE EM RISCO No caso de risco de vida da mãe - único aborto aceito pela Doutrina Espírita - existem duas vidas em confronto e é necessário escolher entre o direito de dois sujeitos. Assim reza "O Livro dos Espíritos":

"Dado o caso que o nascimento da criança pusesse em perigo a vida da mãe dela, haverá crime em sacrificar-se a primeira para salvar a segunda?

- Preferível é se sacrifique o ser que ainda não existe a sacrificar-se o que já existe." (Questão 359.) (Entende-se que o ser referido seja o ser encarnado no mundo, após o nascimento.)

O ESTUPRO No caso do estupro, quando a mulher não se sinta com estrutura psicológica para criar o filho, a Lei deveria facilitar e estimular a adoção da criança nascida, ao invés de promover a sua morte legal. Sobrepuja-se o direito à vida ao conforto psicológico da mãe. O Espiritismo, considerando o lado transcendente das situações humanas, estimula a mãe a levar adiante a gravidez e até mesmo a criação daquele filho, superando o trauma do estupro, porque aquele Espírito reencarnante terá possivelmente um compromisso passado com a genitora.

O ABORTO EUGÊNICO

Embora não regulamentado por Lei, o aborto eugênico (feto portador de malformação congênita irreversível) também vem sendo praticado no Brasil, já abrindo caminho para a sua legalização. Também neste caminho não se poderia admitir infração ao direito à vida, sendo dever de todo cidadão, partidário deste princípio, opor-se a esta prática, apenas aceitável em sociedades impregnadas de filosofias eugênicas, tal como a Esparta antiga ou a Alemanha nazista, mas incompatível com uma sociedade majoritariamente cristã. O Espiritismo se manifesta especificamente sobre o assunto, alertando que o Espírito, antes de reencarnar, escolhe esta ou aquela prova (o nascimento em corpo defeituoso ou mesmo a morte logo após o parto), como oportunidade de aprendizado e resgate de erros cometidos no passado. O DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER

Invoca-se o direito da mulher sobre o seu próprio corpo como argumento para a discriminação do aborto. Mas o corpo em questão não é mais o da mulher, visto que ela abriga durante a gravidez um outro corpo, que não é de forma alguma uma extensão do seu. O seu direito à escolha precede o ato da concepção e se subordina ao direito absoluto à vida. O Espiritismo, admitindo a presença de um Espírito reencarnante no nascituro, considera que a mulher não tem o direito de lhe negar o direito à vida. CONCLUSÃO

É inadmissível que pequeníssima parcela da população brasileira, constituída por alguns intelectuais, políticos e profissionais dos meios de comunicação e embebida de princípios materialistas e relativistas, venha a exercer tamanha influência na legislação brasileira, em oposição à vontade e às concepções da maioria do povo e contrariando a própria Carta Magna de 1988. O direito à vida não pode ser relativizado, sob pena de caminharmos para a barbárie e para a quebra de todos os princípios que têm orientado a nossa cultura cristã. Em que pesem as pretensões daqueles que querem conduzir a opinião pública, desviando-a de suas verdadeiras aspirações, o povo brasileiro continua, em sua maioria, cristão (seja esse Cristianismo manifestado na forma católica, protestante, espírita ou outra), adepto da existência de um princípio espiritual no homem e portanto defensor da vida humana, como direito inalienável. O nascituro não é uma máquina de carne que pode ser desligada de acordo com interesses circunstanciais, mas um ser humano com direito à proteção, no lugar mais sagrado e inviolável que a natureza criou: o ventre materno.

(recebemos o texto da Luara®)